



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Boa noite a todos.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 30ª audiência pública do ano de 2021. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* diariamente desde o dia 18 de novembro de 2021, nos dias 22 e 25 no jornal *Agora* e nos dias 23 e 26 no jornal *Folha de S.Paulo*. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiências Públicas/Registro Escrito.

Informo que as inscrições para o pronunciamento deverão ser feitas junto à Secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, neste ato representado pelo José Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto; Gerson Gomez, Diretor da Associação Comercial Distrital Ipiranga, neste ato representando o Antonio João Santo, Presidente da Associação Comercial Distrital Ipiranga que, infelizmente, não pode comparecer; Rita de Cássia G. S. Gonçalves, Arquiteta, representante da São Paulo Urbanismo; Rodrigo Bagnatori Ribeiro, Diretor de Desenvolvimento Urbano da São Paulo Urbanismo; Professora Rosária Ono, Arquiteta e Diretora do Museu Paulista da USP; Shirley Ribeiro da Silva, do Museu Paulista da USP; Samir Nakhle Khoury, Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Lawerte Losacco Toporcov, Conselheiro da Associação Comercial Distrital Ipiranga; Nelson da Silva Junior, Conselheiro do Cades.

A pauta diz respeito ao PL 723/2015, do Executivo, Fernando Haddad. Estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, define Projeto de Intervenção Urbana para a área da operação urbana e autoriza a criação da empresa Bairros do Tamanduateí S/A, em especial com relação ao projeto Polo Cultural e Turístico do Museu do Ipiranga, conforme o requerimento 49/20, de minha autoria, e aprovado no dia 15 de setembro de 2021, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Só mencionando que esta questão da criação da empresa Bairros do Tamandateí já foi retirada do projeto através de um substitutivo. Então, deixar claro que não vai haver criação de uma empresa para gerir a Operação Urbana que hoje discutiremos.

Sem mais delongas, também falando a respeito da ausência do nosso Presidente Paulo Frange que devido aos compromissos hoje, nós temos um evento muito grande na Câmara Municipal, em homenagem ao nosso ex-Prefeito Bruno Covas. Portanto, o Presidente Paulo Frange como líder do Partido dele, pediu desculpas a todos e me pediu para que eu representasse e presidisse esta audiência pública. Também pelo mesmo motivo, outros Vereadores não puderam comparecer a esta audiência.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Sr. José Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Boa noite a todos.

É uma honra estar aqui na Associação Comercial, apresentando este projeto com o Rodrigo e a Rita, e representando o Cesar de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que me convidou para ser Secretário Adjunto. Nós temos um trabalho muito bom, eu e o Cesar. Fazemos uma dupla boa. Eu sou Arquiteto; o Cesar é Advogado, administrador público, com muita experiência. Então, essa dobradinha, na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, tem sido produtiva já há um ano. Ele me pediu que eu o representasse, como o Vereador Aurélio Nomura mencionou, em decorrência da merecida homenagem ao Bruno, que a Câmara está fazendo hoje. Então, nós estamos lá em espírito e presentes aqui, nesta audiência da Operação Urbana Bairros do Tamandateí.

O Rodrigo e a Rita são da São Paulo Urbanismo. Eu vou falar rapidamente. Têm muitas pessoas que eu não conheço aqui. A São Paulo Urbanismo é uma empresa da Prefeitura de São Paulo ligada à Prefeitura pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Então, ela é uma empresa da Prefeitura vinculada à Administração por nossa Secretaria. E a São Paulo Urbanismo é um patrimônio da cidade de São Paulo. É uma empresa que desenvolve projetos de desenvolvimento urbano, desenvolve projetos de qualificação de espaços públicos e pensa a

nossa cidade.

Eu sou um Arquiteto e conheço a política de desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo e também em diversas cidades do mundo. Este modelo é o modelo de sucesso aplicado em diversas cidades do mundo. Eu poderia citar alguns exemplos como Medellín, Nova Iorque. Poderia nomear uma série de cidades do mundo que têm uma empresa que desenvolve e pensa constantemente a cidade. E nós estamos aqui hoje, foi muito bom o Rodrigo e a Rita poderem vir para apresentar tecnicamente. Eles fizeram uma apresentação muito bonita sobre a Operação, que vocês vão ver. E o Vereador, eu agradeço o convite e o interesse técnico, porque o que o Rodrigo e a Rita vão mostrar é um trabalho técnico que pensa como colocar mais gente morando em lugar que tem infraestrutura; como que esse instrumento de desenvolvimento urbano, que é a Operação Urbana, ele vai funcionar? Ele vai vender potencial adicional de construção e vai aplicar onde? Vai aplicar em infraestrutura da Cidade para que o adensamento não seja prejudicial para a Cidade, pelo contrário, que seja positivo para a Cidade. E, no caso daqui, Bairros do Tamanduateí, o polo cultural, o Parque da Independência é um setor, não sei exatamente qual o nome ficou, mas a Rita e o Rodrigo depois me lembram. Mas a Operação é dividida em diversos setores, acho que uma meia dúzia deles. Esses setores são os setores que apresentam particularidades sobre a Operação. Nós fizemos este projeto de lei e eu digo nós porque eu estava na São Paulo Urbanismo quando começamos a revisão, e foi apresentado no ano de 2019 e eu estava na São Paulo Urbanismo ainda... A Operação precisou de algumas adaptações.

Vocês devem saber, a Lei de Zoneamento mudou. Originariamente, o Projeto de Lei da Operação Urbana Bairros de Tamanduateí foi feito em 15. A Lei de Zoneamento nova foi feita em 16. Então, têm mudanças. Eu estava comentando com uma representante de outro mandato da Câmara, e eu falo para vocês: projeto urbano se demora muito para aprovar, ele azeda. O mundo muda, a economia muda, o direcionamento do desenvolvimento vai para outro lado. Então, nós temos de ficar espertos. Uma hora a gente pode aprovar uma coisa que era para ter sido aprovada há cinco anos. Eu estou falando que tem tempo. O projeto urbano tem tempo.

Você pensa uma coisa para um tempo. É para o mesmo espaço, mas é para um tempo. Se passou esse tempo, azeda. É como maionese, desanda. E projeto urbano é assim, é desse jeito, se demorar muito, não dá certo. Mas nós estamos no tempo ainda no Bairros do Tamanduateí.

O polo cultural do Parque da Independência é muito importante. O Rodrigo e a Rita vão mostrar na apresentação deles, mas é o seguinte, ali, no Parque da Independência tem uma série de questões urbanas. O Vereador Aurélio Nomura falou do hotel. Como é que você vai fazer um hotel com cinco andares? Não vai, você tem de ter gabarito para fazer o hotel. A Rita e o Rodrigo vão mostrar o estudo de gabarito do Parque da Independência. Aquele bando de árvore que tem no Parque da Independência, lindas, precisam de um acerto, precisam de ter uma certa regularidade de árvores. Quem já conheceu o Champs-Élysées já viu que existe... que a valorização do patrimônio demanda uma regularização da vegetação paisagística também.

Então, a Rosário, que era colega da FAU e está presente aqui, nós, na cidade de São Paulo, vamos viver às margens do Ipiranga 200 anos depois no ano que vem, e o Córrego do Ipiranga está quase limpinho. Então, existe uma série de ações para o Córrego do Ipiranga. Eu estou falando do setor Parque da Independência. Então, vocês vão ver na apresentação essa questão paisagística, a questão dos gabaritos, a questão dos coeficientes, são importantes. E a Operação Urbana, eu não sei se todo mundo tem convivência do que é uma operação urbana. A operação urbana, em resumo, é o seguinte: vende um título de comprar o potencial construtivo adicional. Então, eu quero construir um prédio lá e eu compor esse direito de construir. Esse dinheiro vai para a Prefeitura e a Prefeitura usa esse dinheiro, neste perímetro da operação para melhorar a infraestrutura e todas as demandas que os setores da operação demandam, dentre as quais, a qualificação do polo cultural; dentre as quais, a transformação de um espólio industrial para residencial; dentre as quais, a possibilidade de colocar gente morando em um lugar que tem uma infraestrutura boa, porque é um pedaço da cidade de São Paulo e a cidade de São Paulo vive um déficit habitacional enorme e que se a gente não atender vira gente morando na rua, ele vira violência. Então, o atendimento ao déficit habitacional é o que o Bruno sempre falava para a gente: diminuir a desigualdade. Todo mundo tem direito a ter uma casa e em um lugar

bom, sem demorar quatro horas para chegar no serviço. Então, tudo isso junto... Tem lugar que dá para construir casa, tem lugar que tem de melhorar o patrimônio. Está na Operação que o Rodrigo e a Rita vão mostrar.

Talvez eu tenha falado muito, porque eu sou bastante animado com os projetos que a Prefeitura faz na Secretaria de Urbanismo e na São Paulo Urbanismo para a cidade de São Paulo. São projetos muito legais e abertos a vocês. Tem um *site* nosso que se chama Gestão Urbana. Tudo o que eu estou falando está lá, aberto. Eu estou redundando. É um *site* muito bacana em que vocês podem achar tudo lá. Tudo eu digo o arquivo, quantas pessoas vão morar, tudo. Está tudo lá. Este é um *site* para difundir essa informação. É como a Cidade tem de ser feita: de maneira aberta, com todo mundo, e nós estamos aqui para isso.

Eu estou muito animado com o ânimo da Câmara em aprovar esta Operação, em que nós já estamos trabalhando há bastante tempo e falo: qualquer dúvida que vocês tenham – vocês cidadãos e Vereadores – podem nos procurar, estamos lá e atendo a hora que for, do jeito que for. O que pudermos esclarecer para todo mundo, estaremos lá. A Cidade só vai ser legal, só vamos fazer uma cidade bacana, equilibrada, se todo mundo prestar atenção, se todo mundo falar, se todo mundo opinar, e é para isso que estamos aqui.

Eu agradeço o convite, Vereador, para a audiência. Eu entrego para o Rodrigo e para a Rita. Vou ficar um tempo e daqui a pouco terei de sair, porque eu estou de mudança de casa e a minha casa está de cabeça para baixo.

Então, eu vou assistir à apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, seguindo o roteiro, o Rodrigo e Rita podem ficar à vontade para fazerem a exposição.

O SR. RODRIGO BAGNATORI RIBEIRO – Boa noite. Eu sou o Rodrigo, Diretor de Desenvolvimento Urbano da São Paulo Urbanismo.

Agradeço, mais uma vez, o espaço para a gente discutir, mais um pouco, a Operação, como o José já falou, que está com o prazo de validade chegando perto.

Vamos passar direto para a Rita.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – Boa noite a todos, está visível aqui para todo mundo? (Pausa) Está. Então vamos lá, vou fazer uma brevíssima apresentação da Operação Urbana em si, e depois vou me deter no projeto que essa Operação Urbana contém para o Eixo Monumental do Parque da Independência, para as questões de valorização do patrimônio, que acho um tema bastante relevante nesse espaço.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – Isso aqui para mostrar o seguinte, na verdade esse projeto, de 2015, sofreu algumas alterações. Em 2020, foi analisado na Comissão de Constituição e Justiça, passou pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, o projeto revisado, em 2019, na São Paulo Urbanismo sofreu novos ajustes na Câmara, no ano passado. A meu ver ajustes bastante pertinentes, acho que é um dos poucos projetos que expressam um consenso entre a área técnica, área política, enfim, está bem maduro, não podemos deixar apodrecer. Um projeto que foi muito discutido, o Pedro, da Assessoria Técnica da Câmara, também participou da sua elaboração, não só ele, mas outros membros da equipe.

Aqui, a revisão do projeto, não vou me deter sobre isso, porque traz uma listinha, essa apresentação ficará aqui, também fica no nosso site, são as alterações em relação ao projeto original, o que ganhou. Uma, o Vereador já mencionou, que foi a supressão da empresa Bairros do Tamanduateí. Retomamos essas funções que eram previstas para a BT S/A, vão ficar na São Paulo Urbanismo.

A Operação Urbana tem um perímetro de abrangência e chama Bairros do Tamanduateí, porque pega a Mooca, Cambuci, Parque da Mooca, Ipiranga, Sacomã e Vila Prudente, esse é o nome que tenta reunir todos os bairros que estão a volta. Tem um perímetro de adesão, que é esse perímetro amarelo e o perímetro expandido, que são essas duas asas de borboleta, onde é possível gastar recursos arrecadados nesse perímetro amarelo.

O que esse projeto faz? Faz um ajuste do zoneamento permitindo que essas áreas

da encosta, o Parque da Mooca e do Ipiranga, recebam maior intensidade de ocupação. Há uma proteção a esse trecho da Mooca, onde encontramos muitas casinhas, muitas vilas ainda e toda a várzea do Tamanduateí é disciplinada com construções de menor altura, de tal forma que não se perca essa referência do sítio, das encostas e da região do vale.

Os meios de recursos, como vai funcionar esse projeto? A Prefeitura disponibiliza uma quantidade de metros quadrados para serem comercializados. É um total de 6 milhões de metros quadrados, não coloquei o total aqui, em algum lugar deve aparecer, aqui, 5 milhões, cento e oitenta e três mil metros quadrados que serão vendidos.

Quer dizer, pode-se perguntar, qual o impacto disso? Esse projeto tem um EIA/RIMA, esse estoque vai se acomodando no território ao longo de 20 anos, então não é um impacto que se sofra de uma vez. E pela venda desse potencial construtivo há uma expectativa de arrecadação em torno de 1 bilhão e 150 milhões. Esse recurso arrecadado deve ser usado exclusivamente naquele perímetro que assinalamos. E está dividido assim, 25% devem ser utilizados em atendimento habitacional de interesse social; 15% em equipamentos públicos e 5% em ações de patrimônio. O restante do recurso é livre para ser utilizado em mobilidade, áreas verdes e drenagem.

O programa de intervenções tem um eixo de qualificação do habitat, que envolve provisão habitacional e oferta de equipamentos. Um eixo de mobilidade, que são pequenas conexões e transposições, há uma obra bastante significativa, que é o destamponamento do Rio Tamanduateí, recuperando a ligação entre Mooca e Cambuci, que foi perdida nos anos 70. Então é uma Cidade que retorna a sua configuração original e a convivência entre os bairros volta a ser estabelecida. E o eixo ambiental, a criação de uma série de parques, que também terão a função de contenção de alagamentos nessa região.

Quais são as metas do projeto? Adensamento populacional, é uma área que tem uma oferta muito expressiva de empregos, 1,6 empregos por morador. Então essa quantidade de oferta nos permite imaginar que mais pessoas possam morar aqui. A meta do projeto é que se chegue a uma densidade de 235 habitantes por hectare. Hoje a densidade média, 84 metros,

isso quer dizer que se pegarmos a média hoje, numa quadra moram apenas 83 pessoas, é um número pequeno. Então a ideia é que possam morar mais pessoas numa área que tem essa infraestrutura.

Outro, é o financiamento de ações voltadas ao atendimento habitacional de interesse social. Como funciona isso? O projeto ajuda a subsidiar todo o programa de ação habitacional que a Sehab queira desenvolver para essa área. Então a Operação Urbana fornece recursos para contribuir com o plano de intervenção da Sehab. Todas as formas de atendimento habitacional podem ser custeadas com esse projeto.

Por fim, qualificação ambiental. Uma série de parques está sendo proposta, particularmente em área onde há o entroncamento de córregos, de tal forma que esses parques possam funcionar como bacias de retenção de água, para que não ocorram alagamentos. São mais 430 mil metros quadrados de áreas verdes trazidos para o projeto, uma nova forma de relação das orlas fluviais com a Cidade e a integração das infraestruturas de drenagem às áreas verdes. Então vamos ter esses parques inundáveis ao longo do Eixo do Tamandateí e nas chegadas do córrego Moinho Velho, do córrego da Mooca, que vem para cá, do córrego do Ipiranga, uma proposta de um grande parque aqui na Tereza Cristina. E aproveitamento da infraestrutura de mobilidade. Quer dizer, há uma proposta de adensamento no perímetro, no eixo da Linha 2-Verde do Metrô, ao longo do eixo, que está aqui, do corredor da Paes de Barros.

O tema mais relevante da nossa conversa de hoje, a questão da valorização do patrimônio histórico, temos 57 bens tombados nesse perímetro. Os perímetros significativos de tombamento dos galpões da Mooca, do Outeiro da Glória, do Monumento da Independência e dos institutos assistenciais. É uma área de extrema relevância para a memória paulistana e também nacional, particularmente.

Como uma das metas do projeto, há proposta de aquisição de três conjuntos muito representativos da história do Bairro. As instalações da antiga Tecelagem Labor, que pode ser vista por quem passa pela Alcântara Machado, é um conjunto importantíssimo, que tem ainda as estruturas antigas. Perdemos as moradias operárias, hoje está uma concessionária de veículos,

onde era a Vila Operária, mas o conjunto está bastante preservado ainda, a despeito do seu aspecto ruinoso, admite uma restauração. As Oficinas Vanorden, na Rua Borges de Figueiredo, é um conjunto de oficinas gráficas também tombado. E acho que, vamos dizer, a joia da coroa é a Cervejaria Antártica, onde existe a proposta de fazer um complexo de equipamentos públicos, cuja aquisição seja custeada pela Operação Urbana. Há também a possibilidade de atração de um parceiro privado para esse empreendimento, que vai dar suporte ao adensamento da área.

E agora vamos falar da requalificação do eixo monumental do Parque da Independência. Desde o início houve a percepção de que a Av. Dom Pedro e o eixo monumental mereciam uma atenção especial do ponto de vista da sua requalificação urbanística. São três propostas que trazemos, a valorização do Monumento do Ipiranga, a recuperação do projeto da Av. Dom Pedro e a transformação da Av. Tereza Cristina e córrego do Ipiranga.

Então, primeiro item, a valorização do Monumento do Ipiranga, pelo significado que tem para a memória nacional. A recuperação da Av. Dom Pedro, é uma avenida que tem um grande potencial paisagístico, é um boulevard, que tem um eixo central e ruas de acesso lateral, as árvores da espécie tipuana estão registradas no Atlas de vegetação significativa da cidade de São Paulo. No entanto, é uma Avenida que tem baixa densidade de ocupação. Na Av. Tereza Cristina há uma proposta de transformação, uma recuperação paisagística do córrego e alteração da categoria viária. Nessa área também observamos uma baixa densidade de ocupação, principalmente porque é uma área sujeita a alagamentos ainda hoje. E é uma pena o que foi feito com o córrego ao longo dos anos, no passado virou um esgoto a céu aberto, enfim, a Cidade não usufrui desse benefício. E uma coisa que nos dá bastante esperança é a conclusão do projeto de descontaminação do córrego, que já está no final.

Então, quais são as estratégias de valorização no Monumento? Temos uma relação de vizinhança, quer dizer, o Monumento, seu entorno e eixos de perspectiva. Vamos explorar as duas possibilidades, o que seria o eixo de perspectiva? Por exemplo, hoje o Museu, o Monumento da Independência está oculto por essas árvores, então, o que vemos caminhando pela Av. Dom Pedro? Árvores irregulares que não conduzem o olhar do observador. Os muros

estão em primeiro plano, quer dizer, essa vivência lindeira, essa utilização da Av. Dom Pedro como passeio público foi perdida ao longo dos anos e há o fechamento dessas árvores, elas fecham a perspectiva. E temos uma grande irregularidade de formação, então há árvores que eventualmente, pela sua antiguidade, requerem uma substituição, uma recomposição dessa linha de perspectiva. Quando falamos em ajuste das árvores não significa que vamos arrancar, mas uma poda de tratamento, substituição de espécies em mal estado, justamente para que conduzam o olhar até o monumento. Por exemplo, essas árvores fecham a visão do monumento.

E aqui trazemos alguns elementos, essa é uma avenida em Paris, Champs-Élysées, temos uma linha que é dada pelas árvores, de perspectiva que conduzem o olhar ao arco, no final da Praça e tem uma segunda linha que é dada pelos edifícios. Esse, ainda em Paris, o Arco de la Défense, tem outra situação, os edifícios formam uma linha mais alta, mas de todas as maneiras conseguimos perceber que há uma linha que conduz o olhar tendo no foco o monumento. Aqui, é a Av. Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, ao fundo a Igreja da Candelária, há prédios muito mais altos, mas de toda a forma convergem para a Catedral aqui no fim.

O que temos na Av. Dom Pedro? Já há uma linha de árvores, e de épocas passadas há edifícios que têm altura em torno de 30 metros na linha de trás. Então, qual seria a proposta do projeto? A recomposição da vegetação nessa linha, essa Avenida já tem um recuo obrigatório de 10 metros da edificação, de tal forma que abra esse eixo da perspectiva do Monumento. E nossa proposta é que se pudesse recompor esse gabarito de 28 metros, como havia no passado. Essa medida precisa ser negociada com o Conpresp e com o IPHAN, porque hoje há um regramento que estabelece gabaritos bem menores para essa área. Mas de toda forma é possível que a Prefeitura opere sobre a intervenção paisagística. Acho que já obteríamos um ganho, ainda que não se altere num primeiro momento essa disciplina do espaço construído.

Então, a proposta era uma recuperação das árvores, execução de uma poda modeladora, de tal forma a desobstruir o visual do Museu. E a possibilidade de iniciar uma discussão com os órgãos de preservação, se é factível essa proposta de ajuste de gabarito numa faixa de 50 metros da Avenida.

As estratégias de valorização do Monumento, pensando nesse entorno imediato, aqui temos uma praça na Espanha e aqui a Praça do Arco do Triunfo. E o que temos hoje? Quando olhamos o espaço construído da Praça do Monumento, ele é amorfo, e a proposta do projeto é recompor essa simetria. Essa simetria veio do projeto original, originalmente tínhamos essa situação nesse espaço, vamos ver umas imagens do projeto antigo. Ao longo dos anos, por questões de mobilidade, de ajuste da circulação veicular, essa simetria foi perdida. E com isso se perde também uma oportunidade de valorização do monumento.

Então, vamos ver as interferências visuais, temos essa árvore na frente do Monumento, aqui uma série de... tudo isso está na frente do Monumento, postes de sinalização, de eletrificação, quer dizer, é possível que esse projeto seja ajustado de tal forma a liberar esses visuais do Monumento. Esse é um projeto que a Prefeitura pode conduzir ainda mesmo sem a aprovação da Operação Urbana.

Essas são fotos antigas, quer dizer, havia uma linha de árvores emoldurando o caminho até o Museu, aqui já é depois do Monumento, é uma esplanada que dá acesso ao Museu. E qual é a proposta? Que se reconstrua esse eixo de árvores nas bordas da Dom Pedro, e que também se recomponham esses caminhos que definem, criam esse eixo de visualidade do Museu do Ipiranga. Há dois eixos de visualização, um da Dom Pedro, e outro da Tereza Cristina, que também tem como foco o Monumento do Ipiranga, uma coisa que precisa ser restabelecida, há uma foto que se vê como esse visual está totalmente obstruído. Então, a proposta do projeto é a recomposição do eixo de simetria, a reconfiguração e a renaturalização do córrego do Ipiranga.

Então, esse é o projeto original, a Praça Alberto Lion, essa rotatória foi interrompida pelo tamponamento do Tamanduateí. Aqui, quando chega a Rua da Independência, tinha uma rotatória no projeto original, que foi suprimida também ao longo dos anos. Aqui, vejam, é o projeto original, temos esse eixo, esse polígono simétrico com o Monumento ao centro. Essa simetria foi toda desconfigurada.

Então, qual é a proposta para a Av. Dom Pedro? Uma revisão do projeto geométrico,

a recuperação da circulação viária na Praça Alberto Lion, implantação da rotatória da Rua Independência, requalificação dos canteiros centrais e laterais da Av. Dom Pedro, a urbanização de calçadas – olha, temos fiação aérea, então há uma possibilidade de enterramento da fiação das vias lindeiras; melhorar a acessibilidade, com implantação de rampa, sinalização para a população com baixa visão, padronização das calçadas de tal forma que haja um projeto público implantado no Dom Pedro; recuperação das áreas do canteiro central e um projeto complementar de paisagismo nas calçadas.

A proposta seria essa: as vias centrais de acesso, duas fileiras de árvores no canteiro central e junto à calçada; e a possibilidade de fachada ativa do longo da Dom Pedro.

O projeto incentiva para os novos empreendimentos a implantação de fachada ativa. Ela não é obrigatória, ela é incentivada. Há benefícios para o empreendedor que abrir um comércio, abrir serviços, criar espaços para café ao longo dessa avenida.

Há uma proposta de reconfiguração da circulação no sentido bairro-centro, de tal forma que esta rua seja utilizada para ligação – não mais o eixo da Teresa Cristina.

Há uma proposta de circulação de centro-bairro, com via de penetração que também desafoga a Teresa Cristina, que hoje é esta avenida entristecida, onde as pessoas não desfrutam de ter um córrego em frente ao seu local de moradia, e criando uma coisa bem menos inóspita.

Vocês estão vendo esse eixo? Atrás dessas árvores está o Monumento da Independência, mas essa visualização é prejudicada por um maciço arbóreo que colabora para o ocultamento.

Em linhas gerais, era o que tínhamos para apresentar.

Esse subprojeto está contido no projeto Bairros do Tamanduateí. Há partes deles que só se realizam com a implantação do projeto – como, por exemplo, esse parque ao longo da Teresa Cristina. Mas, de toda forma, há ações da Av. Dom Pedro que podem ser conduzidas pela Prefeitura de São Paulo.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Somente um complemento para o pessoal entender o

objetivo do projeto da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, que não é um objetivo inalcançável.

Nós já estamos vivendo na cidade de São Paulo uma coisa muito parecida.

Por exemplo, a Operação Urbana Faria Lima, que está recompondo a Av. Santo Amaro. O enterramento das instalações elétricas, o alinhamento... Muito mais complicado do que o Parque da Independência, porque lá houve desapropriação de 70cm das propriedades que estavam do lado. Ou seja, um processo muito mais complexo do que este. E está sendo feito. Já foi desapropriado, já está sendo reconstruído o que foi desapropriado.

E dessa forma eu quero falar assim: este projeto que a Rita apresentou é absolutamente factível. É uma questão de recomposição paisagística. E o levantamento, a viabilização de recursos na Operação Urbana Faria Lima que podem contribuir para isso.

Podem vir outros recursos também? Podem vir outros recursos também. Mas a operação já procura dar essa perspectiva.

Eu queria apenas dar esse parâmetro de que é um projeto extremamente viável e que a cidade de São Paulo já vive coisa semelhante e muito mais complexa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – As perguntas vão ficar para o final, porque agora temos apresentação da Professora Rosaria Ono, Diretora do Museu Paulista, que vai fazer uma apresentação do Museu, da situação atual e como que vai ficar o Museu com a previsão da reforma.

A SRA. ROSARIA ONO – Boa noite a todos.

Eu vou tentar ser rápido. São muitos *slides*, mas vamos lá.

Quero agradecer ao Vereador Aurélio Nomura pelo convite. Na verdade, nós não estamos envolvidos diretamente com a operação urbana, mas fazemos parte do Parque da Independência, um monumento que está para ser reaberto no ano que vem. Então a expectativa é muito grande. E isso traz também, junto com todas essas ações, uma valorização muito importante desse bairro. E por isso eu acho que é importante os senhores também conhecerem o trabalho que estamos fazendo nessa parte do parque.

- Oradora passa a se referir a imagens sem *slides*.

A SRA. ROSARIA ONO – Vemos o parque e o chamado Jardim Francês, por ter um estilo francês. Esse eixo inteiro foi projetado para o Centenário de 1922. Só existia o museu, sozinho ali num descampado; e, depois, para o Centenário, houve um projeto, uma intervenção urbanística muito grande, que criou esse eixo da Dom Pedro e várias outras ações urbanísticas, e a criação também desse jardim, com uma movimentação de terra muito grande que houve aqui também para valorizar o museu, que fica no alto.

Então o Museu Paulista foi concebido na década de 1880. A construção terminou em 1890. Foi inaugurado como museu em 1895, um museu de história natural. Havia ali um jardim na frente. Vocês estão vendo que o jardim está bem na frente do parque. Esse é um primeiro jardim que foi feito. Posteriormente, houve uma escavação para fazer esse jardim que temos atualmente, que é rebaixado, exatamente para dar uma visão melhor do parque. Essa foto é antiga, da década de 70, mas o jardim tem esse aspecto até hoje.

O Museu Paulista da Universidade de São Paulo faz a gestão de dois museus – o Museu do Ipiranga e o Museu Republicano de Itu. Então nós temos um vínculo com a Independência e com a República.

Temos cerca de 450 mil objetos, itens no museu, que compõem o acervo. Ele foi fechado em 2013, por uma série de questões de conservação e de falta de manutenção, mas houve todo um processo de retirada do acervo, de um projeto novo para desenvolvimento de uma modernização desse edifício, algo que vem acontecendo desde 2013 para cá.

A proposta de renovação, modernização desse projeto, foi oriundo de um concurso público feito em 2017, no qual venceu uma dupla muito jovem de arquitetos do H+F Arquitetos, o Pablo Hereñú e Eduardo Ferroni, que desenvolveram esse projeto com o objetivo de adequar o museu – que era muito antigo, de 1890, e que não foi feito para ser museu.

O *slide* não está muito bom; mas essa parte debaixo, esse primeiro plano que vemos aqui embaixo, é uma ampliação. Isso aqui é o prédio que nós conhecemos. Na frente do prédio, embaixo, foi feita uma escavação e uma ampliação com uma área total que é quase igual à área

construída do museu – tínhamos 5.600 m² construídos, e vamos chegar a 12.000 m² com essa ampliação aqui embaixo. E isso atendendo acessibilidade, que o museu não tinha; todas as questões de segurança, e contra incêndio também, porque vimos o que aconteceu com o Museu Nacional, uma desgraça que não queremos para o nosso museu.

Então tudo isso está sendo contemplado para essa modernização.

Temos aqui toda uma área nova. A entrada vai ser pelo jardim e uma circulação vertical garantida para todas as áreas do Museu, o que também não existia há pouco tempo.

Essa área da frente que está sendo construída. É uma área adicional; no fundo, ao final, não vamos mais enxergá-la, porque vai ficar totalmente coberta como a esplanada. Vamos ter o acesso embaixo, uma entrada no jardim, com uma área de acolhimento que vai ser ótima essa questão de trazer mais público, em cuja estrutura poderão ser feitos eventos com auditório para 200 pessoas, com área de exposição temporária, onde vamos poder receber, inclusive, acervos de outros museus, café, uma série de equipamentos e serviços que não tínhamos, porque não tínhamos espaço.

Essa é uma subida do edifício para o edifício histórico, então, o acesso vai ser por baixo, chegando ao edifício histórico. Chegando ali, temos uma circulação vertical – que não tínhamos também -, mais facilitada, acessível, uma transformação que está sendo feita na parte de trás do Museu que é uma estrutura, essa é a intervenção mais radical no edifício histórico porque é uma estrutura metálica com toda uma circulação vertical e banheiros em todos em todos os pisos – algo que não tínhamos. Havia apenas um banheiro no subsolo. Vocês imaginem, só com escada, não havia acessibilidade alguma. Isso tudo está sendo colocado. Essa é a estrutura de circulação vertical que falei, são pequenas intervenções que vão ser feitas que, olhando de fora, quase não percebemos, resultando num trabalho.

Aqui também é uma área nova do Museu, áreas internas que foram descobertas, e áreas novas foram criadas, e o mirante, local onde também vamos poder contemplar, inclusive, o eixo histórico e monumental, olhando a cidade de São Paulo. Temos uma vista maravilhosa das serras ao fundo. E vamos ter toda essa visão de lá de cima também. Na semana passada

subi aqui pela primeira vez. Nós já chegamos com a laje construída nesse nível, um piso que não existia no Museu. E fica esse eixo histórico que leva ao Monumento da Independência lá embaixo e à Av. D. Pedro I, como já falado, que faz parte desse eixo monumental muito bonito, arquitetônico, um exemplar que a gente tem em São Paulo. Só tem esse. Não temos nenhum eixo como esse planejado dessa forma na cidade de São Paulo. Vamos valorizar.

Também estamos restaurando o Jardim Francês na frente; esse projeto também foi feito para o centenário, o jardim e as fontes estão sendo restaurados neste momento; vamos ter as fontes voltando ao nosso cartão postal. Além disso, a modernização vai trazer uma área de restaurantes, onde, atualmente, está a administração do parque, está sendo deslocada para perto do monumento da independência.

Olhem como era, não tinha nada; e olhem agora no eixo; a gente consegue ver o eixo e o monumento.

Então, vamos fazer todo o restauro do piso, dos elementos arquitetônicos e da vegetação. Tudo isso está em andamento, e com um trabalho, também, do viário com a CET de ajuste, um trabalho de acesso, embarque e desembarque de passageiros mais próximos do Museu, na rua paralela que existe ali, onde hoje é um estacionamento do parque.

Só lembrar, também, que temos, além da obra, em si, um preparativo com 12 exposições em cerca de quase 50 salas que estão sendo preparadas pelo Museu.

Vou passar rapidinho: são vários conteúdos relativos à história do Museu, à história da cultura imaterial na cidade de São Paulo, o eixo histórico que conta, exatamente, essa questão desde a descoberta, a entrada das bandeiras, toda exploração que foi feita, pelo olhar da cidade de São Paulo, como foi construída; também temos uma exposição temporária sobre independência, olhar de outras visões que não só de São Paulo – é uma das exposições que haverá lá.

Esse é o nosso salão nobre, muito conhecido, onde está o Independência ou Morte do Pedro Américo; só estão faltando os outros quadros que estão em restauro agora. Essa sala já está quase pronta, onde nós vamos ter todas os trabalhos de exposição.

Aqui é só para mostrar um pouquinho da obra. Essas fotos são de setembro. A última foto é mais atual. Tudo que foi feito em escavação e os restauros. Essa foto é mais recente, terminando o piso de um dos pavimentos. Aqui a laje em que fica toda a parte aterrada embaixo com a infraestrutura. Isso é muito recente também: as obras estão bem avançadas; esperamos que dê tudo certo para inaugurarmos e reabrir em setembro do ano que vem.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Então, vamos recompor a Mesa novamente.

Só lembrando às pessoas que quiserem fazer uso da palavra ou perguntas: as inscrições estão ao meu lado esquerdo. Por gentileza, peço para todos fazerem suas inscrições.

Eu queria começar porque uma das grandes preocupações que temos diz respeito a estacionamento. Em dias normais, agora que acabou a pandemia, tem uma circulação normal já no Parque da Independência, verificamos que não temos ofertas suficientes para estacionamento.

Nós estamos desenvolvendo um projeto no sentido de que pudesse, no subsolo do Parque da Independência, ser construído um estacionamento até para abrigar os ônibus de excursão que, com certeza, virão, além de facilitar a vida daquelas pessoas.

Eu estava conversando com a Professora Rosália. Ela estava me contando que se pretende chegar a até 1 milhão de pessoas por ano no Museu. Então, a demanda, a necessidade, vai impor essa questão.

A outra questão é que: no entorno, nós temos uma dificuldade com relação a oferecer uma infraestrutura para os eventuais turistas, como, por exemplo, os hotéis do entorno que poderiam facilitar a vida de todos. A pessoa já hospedava ali do lado e, durante o dia, percorria o Museu com mais tranquilidade e, também, aproveitava para conhecer os pontos turísticos da região daquela lista, Samir, que você fez, uma lista enorme de pontos históricos. Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer. Pediria à Rita ou ao Rodrigo que respondessem essa questão.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES - Em relação aos estacionamentos, o que

acontece? Esse eixo da Independência é um eixo, vamos dizer, sobre o qual há muitos olhos atentos. Então, qualquer intervenção programada é passível de ser submetida aos órgãos de preservação para apreciação.

A operação urbana, como eu disse, tem um elenco de intervenções programadas que somam dois bilhões e 500, isto é, um valor maior do que a gente estima hoje - está certo que são contas de hoje -, do que poderíamos arrecadar com ela. Mas, isso não é impedimento para intervenções dessa natureza, porque é possível que o Tesouro contribua para a implantação de muitos projetos.

Quanto a essa questão da garagem, a gente tem estudado vários outros pontos. Mas acho que talvez tenhamos que atualizar um pouco essa questão. Existem projetos da implantação, acho que da linha violeta do metrô, que cortam o Ipiranga na sua altura intermediária. Há uma série de ações de transporte coletivo que deve trazer mais facilidade ao bairro, enfim, para se acessar o Museu.

Entendo que essa questão da garagem de alguma forma está um pouco pensada já nessa intervenção do Museu ou pelo menos cria uma condição favorável para a chegada de visitantes ao Museu. De toda forma, temas como esse, como a operação urbana, é de 20 anos, é um projeto aberto. Então, se vocês lerem, no seu programa de intervenções, há um espaço para em um momento futuro haver discussão do tema, para que possa receber pelo menos estudos ou subsídios da operação urbana para uma intervenção desse tipo. Em momentos futuros é possível que isso possa ser discutido.

E acho que a gente vai ter já uma experiência de como o Museu vem funcionando, quer dizer, a atração que trouxe para o território, que impacto isso tem, se ele vai se beneficiar de uma construção de garagem nas imediações ou nas cercanias do Museu. Enfim, é um projeto que cabe também na Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, Vereador.

É isso o que eu teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Está *okay*, obrigado. Não sei se o Gerson Gomez gostaria também de fazer uma pergunta.

O SR. GERSON GOMEZ - Boa noite a todos. Na pessoa do nobre Vereador Aurélio Nomura cumprimento os membros da Mesa e os nossos pares da sociedade. Justifico mais uma vez que estou representando o nosso Diretor Superintendente, Antônio João Santo, que também está assumindo outro cargo em outra entidade e não pôde estar presente.

Sou Gerson Gomez, arquiteto e urbanista por formação. Fui membro do Conselho Municipal de Política Urbana da Macrorregião Sul-1 por duas gestões. Pelo Conselho fui eleito duas vezes também a participar do Fundurb, onde tínhamos reuniões mensais com oito secretários, para decidir onde se direcionariam as verbas do Fundurb. Implantei na Associação Comercial, nas 15 distritais e na sede central, o Comitê Técnico de Política Urbana.

Fui eu que entrevistei a Larissa Campagner para assumir o cargo na distrital. Hoje ela está na SPUrbanismo, uma profissional de alto gabarito, que começou na Associação Comercial.

Então, talvez eu fale algumas bobagens, mas não muitas. Desculpe-me se eu viro as costas para a senhora. A primeira coisa: o eixo monumental do Parque da Independência faz parte da vida do ipiranguista. Nós temos um grande carinho, os jovens skatistas o apelidaram de quintal do Ipiranga, o meu quintal, uma coisa assim. Tudo o que envolve monumento, museu e os jardins diz respeito a nós, ipiranguistas.

Mais uma vez reitero o que todos nós falamos: queremos ajudar a USP; a SPUrbanismo; a Câmara Municipal, com quem mantemos contato com vários Vereadores, inclusive com o nobre Aurélio Nomura, no sentido de desenvolver. Então, quando criticamos, tenham a certeza de que é a nossa visão para o bem, por conta de que vivemos aqui. Minha mãe tem foto no auge dos seus 19 anos, vestido rodado, sentada nos jardins da Independência. Eu desfilei no Museu, na Nazareth, quando estudava no São Francisco, nos meus nove. Estou falando muito “eu”. Por que eu? Só para demonstrar que estamos aqui para ajudar e queremos ajudar.

Portanto, agora, vou falar para os meus colegas Rodrigo e Rita de que foi o próprio Plano Diretor que matou a Av. Independência. O ipiranguista ficava rico e ia morar na Av.

Independência, era um local nobre de residências.

Hoje, lamentavelmente, é um local de invasão de residências, coisa difícil, é um problema social difícil de se mexer. Achei a ideia dos jardins e das árvores muito bonita, muito legal, mas a forma de se executar isso me dói o coração, porque envolve vários organismos da própria Prefeitura, bem como do estado e do Governo Federal, e vemos conflitos. Sérios conflitos.

A senhora mostrou uma foto de um ponto alto e que, chegando no Monumento, estava interrompido, dava para ver e tal, mas era de um ponto alto. Quando você está no carro ou a pé não se vê o Monumento, por conta de umas painas, não sei que planta é aquela que colocaram na frente. Ela fecha e não faz parte da história. Não sei por que a colocaram. Mas, são pequenas intervenções que a gente sabe que dá para resolver.

Tereza Cristina e Ilha do Sapo, que conhecemos como Ilha do Sapo, aquela parte à esquerda de quem vai sentido Av. Dom Pedro. As casas estão abaixo do nível do rio e o rio, quando alaga, enche até o quintal de casas da Av. Dom Pedro. Sei disso porque meu tio morou lá e quando chovia, alagava tudo. Depois, a Coca-Cola. Por quê? Porque a água retorna pelo ralo.

Então, temos a contenção do córrego do Ipiranga. Isso é projeto lá de trás, do Faria Lima, de canalizar rios e córregos e fazer vias em fundo de vale. E é um vício. O Secretário Eduardo Jorge tem um projeto, em que brigou muito para fazer os corredores verdes ao longo de fundos de vale.

Tivemos sérios problemas para colocar essa ciclovia ao longo da Ricardo Jafet. Foi uma briga para ligar o Museu até o Parque das Fontes. Isso é muito bonito. O projeto do Vereador, dos pisciões na cabeceira da Bandeirantes com a Ricardo Jafet, é importantíssimo para tentar barrar um pouco essa enchente na Tereza Cristina, pelo menos diminuir a velocidade das águas. Então, a gente vai vendo que o problema não é só árvore, não é só, dá na mão da iniciativa privada que ela resolve, mas claro que nós precisamos controlar a iniciativa privada porque nem tudo tem que se pensar em lucro.

Tem de ter um sistema na Estação Sacomã, uma linha direta de micro-ônibus para trazer ao Museu, e isso é simples, dá na mão da iniciativa privada, ela resolve, ela coloca uma van e leva as pessoas porque dói no coração da gente, e dói mesmo, ver peruas vans com coreanos, chineses, que diariamente vão ao Parque da Independência, e encontram a porta fechada ou nada, não encontram nada, e o Parque da Independência tem uma enorme vida própria. O nosso Colega Wagner, administrador do Parque, foi expropriado, vai virar restaurante o local da administração do Parque. Ótimo, estou louco para tomar um café no Parque da Independência, num domingo de manhã, mas jogaram ele, pelo menos a informação que eu tenho é de que vão jogá-lo num contêiner. Eu acho que o administrador do Parque tem que ser muito bem tratado porque é ele que absorve conflitos de diversas naturezas e dos diversos grupos que lá atuam. Lá nos temos skatistas; tem Os Amigos dos Cachorros; e nós temos o Grupo Gatos do Museu, que alimenta e cuida dos gatos do Museu, e a minha esposa faz parte.

—
- Manifestação dos presentes.

O SR. GERSON GOMEZ - E ontem jogaram mais um gato lá. A pessoa passa, joga e vai embora.

Então, nós temos várias tribos – usando uma linguagem que não é da minha época – trabalhando lá e eu acho que a administração do Parque tem que estar num lugar para poder administrar tudo isso.

Vou fazer um parêntese para parabenizar o Nelson da Silva Júnior, nosso conselheiro, advogado do Ipiranga, que foi reeleito pelo Cades agora, na eleição de ontem. Parabéns, Nelsinho.

Então, você vê que o nosso grupo participa de tudo. A única coisa que nós queremos é algo que seja viável, maleável no sentido de vamos resolver o problema porque não adianta nós, arquitetos, apresentarmos um projeto maravilhoso com uma visão, e esbarra na CET porque arranca uma rotatória, ou não faz. A Teresa Cristina morreu, ela é uma avenida que leva nada a lugar nenhum porque os carros que vem pela Avenida do Estado, ou seguem reto, sentido Via Anchieta, porque lá só vai dar uma volta no quarteirão, e ele vai chegar na Avenida Tabor e vai

voltar para a Dom Pedro.

Então, esse inventário dessas coisas - eu e outras pessoas, e os colegas arquitetos da SP Urbanismo - façam com os moradores da Ilha do Sapo, pessoas antigas, pessoas como Samir Nakhle Khoury; Laerte Toporkov, que estava naquela foto do Museu quando era tudo reto... (Risos) São pessoas atuantes, da velha guarda, como eu sou hoje da velha guarda. Desfilei de molequinho, mas hoje sou da velha guarda. Nós só queremos ajudá-los, ouçam-nos nem que seja - como eu falei no começo -, que eu possa estar falando uma grande bobagem, mas a ideia é ajudar esse entorno do Parque da Independência, e que esse dinheiro reverta realmente das operações urbanas para sanar a região.

O Ipiranga é uma grande cidade com três distritos, temos problemas de tudo quanto é tipo, de Habitação, limpeza urbana e que, às vezes, nem depende do nosso subprefeito, por mais boa vontade que tenha. Temos moradores ao longo do Heliópolis e não temos como regularizar aquelas casas. Há grandes empreendedores em Heliópolis, que vieram aqui e queriam ter o seu CNPJ e não puderam porque o negócio dele, grande, é numa rua que não tem cep, é uma rua não oficial.

Temos um imbróglio que não é fácil, mas eu acho importante que vocês, colegas da SP Urbanismo, façam esse inventário e ouçam esses moradores dessas regiões, que são de grande impacto, de grande impacto na vida da pessoa humana porque, se não, vamos continuar vendo o que está proliferando ao longo da Avenida do Estado, moradores sem-teto, e a gente passa lá, é uma dor no coração, precisamos resolver isso. Que esse dinheiro reverta para HIS – Habitação de Interesse Social e outras mais. Mas também para o bem-estar porque o Ipiranga está verticalizando, já é a segunda ou terceira vez na história que nós temos um processo enorme de verticalização, então aonde morava uma, duas, cinco famílias, vamos ter 40, 50, o que nem a rede de esgoto comporta. A rede de esgoto da Rua do Manifesto é de 1958. (Pausa)

Podemos sim, desculpe Vereador. Eu “se empolgo”. (Risos)

Parabéns, contem com a gente, contem com a Distrital Ipiranga da Associação Comercial de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Gerson. Lembrando que quinta-feira agora, às 19h, nós teremos a discussão de projeto sobre HIS. Então, Gerson, desde já está convidado, vai ser no CAE, estamos chamando todas as entidades. Pretendemos, ao longo desse processo, discutir a implantação de 20 mil HIS. É um volume extremamente alto e é importante a presença de todos.

Queria convidar a Vereadora Ely Teruel, por gentileza, para ocupar assento à Mesa, que é membro da Comissão de Política Urbana.

Quero chamar Samir Khoury, nosso Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, que também é um grande entusiasta da região.

O SR. SAMIR KHOURY – Boa noite a todos. Me chamou para falar, acho melhor não, viu? (Risos) Porque, desculpe-me, Vereadora Ely e Vereador Nomura, eu estou aqui não como Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, eu acho que não tenho o direito de representar o nosso Presidente Alfredo Cutait; também não estou como governador do Rotary International ou como dirigente da Maçonaria do Estado, eu estou aqui como contribuinte. Como contribuinte, eu vejo quão pobre nós somos, pobre na amplitude do tempo, não substantivo, mas adjetivo mesmo.

O Brasil tem como referência a cidade de São Paulo, se nós, na cidade de São Paulo somos referência para um País, e nós chegamos à conclusão de que entra gestão e sai gestão, é aplicado em nós, população, uma política de terra devassada. O Prefeito, quando entra, tem projetos ótimos; o Governador, talvez, até muito mais, mas na continuidade quem sofre é o povo, ou estou errado? Se nós não tomarmos o devido cuidado, essa política vai continuar, a da terra devassada. Começa tudo do zero.

Esse mesmo projeto que nós vimos hoje – parabéns – nós chegamos a ver por no mínimo uma dezena de vezes. Melhor? Não sei, mas tão bom quanto. Sabemos que nós temos aqui um Champs Élysées, por exemplo. Sabemos que a ideia do Museu é ser algo representativo, ter um valor imaterial, como sempre digo para nossa diretora do Museu; um valor imaterial que o brasileiro não sabe mensurar. Não é algo palpável, um copo, uma caneca, é um

valor imaterial; ele vale muito mais do que algo palpável. O nosso Museu é assim, não sei se os outros são, mas nós do Ipiranga temos que preservar sim esse bem imaterial.

E é por isso que nós não chegaremos a lugar algum se nós não tivermos um projeto público-privado, em que a continuidade é dada pelo privado, no bom sentido. O privado, aquele que não tem interesse, não sindicatos ou grandes construtoras, mas aqueles voluntários - eu conheço pelo menos uma dezena deles – que podem sim contribuir e aderir à ideia do público. Por que não? Será que é algo com que não dá para se senhor? Não seria algo que nós seríamos referência?

Eu não consigo imaginar, por exemplo, mudar a característica, já que falamos da Avenida D. Pedro. Como projetar prédios mais altos, aumentar a densidade demográfica sem um bolsão de estacionamento? Nós estamos pensando em primeiro construir para depois pensar no problema. Nós vamos gerar o problema para depois pensar nele?

É lógico, é óbvio... Eu sou psicólogo e aqui na região sou um comerciante, microempresário. Mas como microempresário, matemática ou aritmética eu sei fazer. Na verdade, eu sou do tempo de anotar no papel de embrulho, fazer conta de cabeça. Nós aumentaremos a densidade demográfica pensando que o projeto do Parque da Independência, o projeto do novo Museu, que eu conheço pessoalmente, estive lá, fiz parte inclusive de comissão, vai gerar algo pequeno. Estamos pensando pequeno. Nós temos que pensar muito mais.

Temos sim, concluindo, que gerar algo muito maior do que o potencial que nós estamos vendo aqui. Nós temos que gerar algo de trazer uma população, de trazer até pessoas que virão especificamente para conhecer o nosso parque, o nosso entorno, o nosso Museu. Não é isso que vem acontecendo.

Via de regra, os turistas que chegam, a primeira coisa que veem é algo fechado, um museu – me permita, eu tenho bastante amizade com o Wagner -, um museu que está semilimpo, na medida do possível. Com o material que ele tem, o material humano, ele faz o possível para estar limpo. Mas nós estamos muito aquém do potencial que nós temos.

O Museu também – por que não? Eu conheço bem, fiz parte da comissão de curadores do Museu d’Orsay em Paris. Ali, assim como deveria ser aqui, é política público-privada. Não importa quem é o prefeito daquela cidade, pouco importa para o nosso conselho. Eu acho que nós podemos sim trazer essa ideia aqui para São Paulo, para a nossa região e melhorar e muito, porque nós pagamos muito imposto – essa é que é a verdade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito bem. O próximo orador é o Sr. Laerte. No microfone, porque a gente tem que gravar.

O SR. LAERTE LOSACCO TOPORCOV – Boa noite a todos e a todas.

Eu gostaria apenas de fazer uma pergunta para a senhora.

Foi aprovado um projeto do então Vereador do Ipiranga, Domingos Dissei, de que na Rua dos Patriotas, antes da Bom Pastor, seria feito um túnel para liberar totalmente o Parque da Independência. Eu não ouvi a senhor falar nada a respeito desse projeto que estava parece que bem adiantado.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – É o seguinte: todo plano de mobilidade das nossas intervenções é pactuado, é discutido junto com a CET. Na verdade, como é que funciona esse negócio de operação urbana? Os nossos projetos são construídos com a participação de todos os órgãos técnicos da Prefeitura. Por exemplo, a questão habitacional é protagonizada pela Sehab. A questão de mobilidade, pela Secretaria Municipal de Transportes, que abrange SPTrans e CET. Então essas propostas de alteração de massa viária são sempre discutidas no projeto.

Essa lei é uma lei bastante ampla. Como eu disse, ela recepciona propostas de intervenções de melhorias urbanísticas, de abertura de rua, de elaboração de tudo. Essa proposta do túnel da Leais Paulistanos, da Patriotas, sobre o Museu, que liberava, ela foi discutida. Mas aí tem um... À época, parece que se detectou uma interferência com algum tipo de infraestrutura de instalação. Eu não sei se eram coisas em relação ao próprio Córrego do Ipiranga, que esse túnel tem uma cota baixa; tem algo a ver com drenagem, enfim. Mas ela não

está totalmente descartada, ele pode ser trazido.

Uma coisa que eu gostaria de destacar, inclusive para o Sr. Gerson, é o seguinte: como é que vi funcionar isso? Essas intervenções têm um grupo gestor e esse grupo gestor é composto por integrantes dos órgãos colegiados da Prefeitura. Então as representações dos conselhos participativos das subprefeituras. Isso eu estou falando de morador. Tem representação de moradores, de pessoas que trabalham na região. O acesso a esses cargos é através de eleições, então existe a possibilidade de os moradores desse bairro, de as pessoas que aqui atuam, mesmo do segmento empresarial, de participar da gestão desse projeto.

Como vai ser feito o emprego de recursos. Para os recursos serem utilizados, tem que ser montado um pequeno plano a cada leilão de Cepacs. Isso é uma operação urbana, ele vai funcionar com leilão de títulos que correspondem à aquisição de metros quadrados. E a cada montante arrecadado é feito um plano de investimentos, uma proposta de diretrizes de investimentos que é formulada pela Prefeitura. A Prefeitura vai formular uma série de opções de investimento com esse recurso e isso vai ser discutido com esse grupo gestor. Então existe a possibilidade de essas demandas do bairro, de pessoas que aqui atuam, serem trazidas e discutidas nesse âmbito e serem implantadas.

É um projeto de longo prazo, de 20 anos. Esse adensamento populacional e construtivo não é uma coisa que vai se realizar de uma hora para outra, ele reflete atividade no mercado imobiliário. É possível que, ao longo dos anos, sejam feitos esses ajustes, tanto de demanda por estacionamento...

Eu vou dar um exemplo que eu observei na Operação Urbana Centro. Quando a gente formulou essa lei, em 97, ainda havia uma ênfase no uso do automóvel particular. Não se falava em ciclovia. Então o projeto tem uma série de incentivos que foram superados ao longo do tempo.

Está certo que a gente está falando de área central, do Centro de São Paulo, que tem rede de metrô, de trem, é uma outra situação.

Pode ser que ao longo dos anos de vigência desse Projeto Bairros do Tamanduateí,

a gente assista a chegada de outras linhas de metrô, outras estruturas de transporte coletivo, que possam atenuar esse impacto que vai chegar sobre o bairro.

Em relação aos planos do Museu, nós não acompanhamos, a gente não tem ideia de como foi pensada essa questão da atração e recepção de público, do ponto de vista do movimento veicular.

Mas eu quero dizer uma coisa. A operação urbana chama Operação Consorciada, porque ela é feita com a participação de empreendedores privados, de moradores, de usuários. É um instrumento que traz essa participação privada.

O que acontece? Esse é um projeto que a gente discute - o senhor mesmo falou, acho que eu já o vi em outras apresentações -, desde 2015. Como ele não vai sendo aprovado, como ele não se torna realidade, outras coisas vão acontecendo no lugar dele. Certas formas de ocupação vão acontecendo e vão matando os projetos de melhoria viário que a gente concebeu lá trás, porque no lugar aparece um prédio, acontece uma... Então esse projeto ele vai se empobrecendo ao longo dos anos. Porque ele não se realiza e ele empurra determinadas regiões da Cidade para outra direção. Ele se torna impossível de ser implantado.

Por exemplo, alguns melhoramentos que a gente tinha proposto para o Cambuci não vão poder ser feitos. Seria uma ligação do Viaduto Pacheco Chaves em direção à Oratório, uma ligação direta, também ela teve de ser muito desconfigurada, virou uma série de ruazinhas, ao invés de uma ligação direta, que faria uma ligação maravilhosa, desde a Vila Mariana até a Vila Oratório, por um sistema de circulação no bairro. Não vai poder acontecer porque apareceram prédios no caminho.

Esse é um problema que, cada vez que um projeto demora de ser discutido, ser aprovado e virar lei, ele perde oportunidades que são irrecuperáveis, porque a Cidade não fica esperando a gente. Ela vai acontecendo.

O nosso desejo é que essa discussão se conclua ainda neste ano, e todas as discussões que devam ser feitas na Câmara, está na mão dos Vereadores e da sociedade, mas é importante que isso se realize, para que a gente comece a ver os efeitos dessa transformação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O próximo é o Sr. Nelson da Silva Júnior.

O SR. NELSON DA SILVA JÚNIOR - Boa noite a todos. Vereadora Ely, Vereador Aurélio Nomura, Gérson Gomez, na pessoa de quem eu prestigio toda mesa e demais moradores do Ipiranga. Eu sou o Nelson, do CADES Ipiranga.

A nossa preocupação é a seguinte: um dos *slides* mostra todo eixo do Parque da Independência, porém nós temos aquilo que está denominado até então, como parque anexo, que é uma área entre a Bom Pastor e o próprio Parque, para o qual já existiram mais de três projetos. O projeto que está aprovado já foi dividido em outras três fases. Não seria a oportunidade, porque nós não vimos, em nenhum momento, essa área ser citada, de dar de presente como Cidade, ou como Bairro do Ipiranga, esse Parque para a população?

A outra situação é quando se fala da mobilidade, eu tenho, pelo menos, por quatro ruas em torno do Museu do Ipiranga, a Zona Azul. Se eu parei na quarta rua, para eu chegar no Museu, eu gastei, pelo menos, uma pernada de 10 minutos para ir e 10 para voltar. No tempo que fiquei no Museu não vai dar para ver tudo.

Seria efetivamente criar condições para termos onde estacionar. Isso é uma preocupação muito grande, principalmente pela colocação que eu achei muito inteligente. A gente tem perdido espaços com construção de prédios.

E aí fica a pergunta: quando eu for fazer esse tipo de planejamento ou a própria autorização para construção de um edifício, eu não tenho uma planta básica para saber onde eu posso ou para onde a Cidade vai crescer? Isso daí nós tivemos, penso que lá atrás, o Prefeito Faria Lima em determinado momento abriu vários ramos de ruas e avenidas, para que houvesse essa mobilidade na Cidade.

A outra situação é o antigo projeto Mooca-Vila Carioca, que era intervenção também urbana, ela foi esquecida ou descartada ou ampliada, como a senhora está colocando. Mas e aí? Se lá é um espaço onde não temos os prédios altos, se ainda temos os galpões, por que não dar um *start* já de pronto, principalmente naquela região que é carente de muitos recursos.

Eu lembro que dentro desse projeto, a ideia era criar habitações de padrões diferenciados e comércio, para que não precisasse a população se deslocar pela Cidade inteira, buscando emprego na sua atividade. A própria região absorveria aquela mão de obra, tanto comércio e serviços, em especial. Mas eu estou falando de, pelo menos, uns seis anos.

São essas as colocações.

Obrigado pela atenção. Contem com o Cades Ipiranga desta gestão e da próxima.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Eu acho que vamos deixar reunir mais algumas perguntas, porque facilita.

A próxima é a Sra. Maria Helena Fornari, Diretora Institucional do Hospital Dom Antonio Alvarenga, por favor.

A SRA. MARIA HELENA FORNARI - Boa noite a todos. Quero parabenizar o Vereador Aurélio por esta audiência. Parabenizo o Rodrigo, a Rita, o Gerson, a Dra. Rosaria, é magnífico o projeto.

Como a Rosália disse, não sei se foi ela, creio que foi a Rita que disse, sobre as obras assistenciais que estão na Avenida Nazaré, eu gostaria de convidá-los. Faço parte da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, fundada pelo meu bisavô Conde José Vicente de Azevedo. Foi ele quem projetou a Avenida Nazaré.

Naquela época, em 1890, ele já era aquela pessoa que visualizava uma avenida grande, larga, não como essas ruazinhas estreitas que hoje em dia se tem, mesmo modernas, sendo feitas agora, mas muito estreitinhas.

Porque ele pretendia, mesmo, ajudar as instituições que pedissem terras para ele. Ele comprou terras devolutas do estado desde um pouquinho antes da Avenida Nazaré, ali, na direção do colégio dos japoneses, não é, Samir? Como se chama? São Francisco Xavier... Avenida Nazaré e todo aquele espaço até o riacho do Ipiranga...

Naquela época, nos anos 1890, aquilo ali eram terras devolutas do estado, que ele pôde comprar por um preço irrisório e começou a fazer a sua obra, porque ele foi órfão aos nove anos. Então, ele quis fazer alguma coisa que beneficiasse os órfãos. Ele começou a fazer aquela

obra linda, que está ali até hoje, que é a casa da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, que muitos conhecem, mas como um asilo para as crianças órfãs. Depois, foi chamado de orfanato. Depois, foi chamado de Centro de Apoio à Juventude, que é até hoje. Está ali, intacta, linda, atuante, desde o ano de 1896, quando foi inaugurada. Um pouco antes, ele inaugurou o Cristóvão Colombo para os meninos órfãos e deixou ali para as meninas órfãs.

Então, dali para frente, não sei se o Samir se lembra, mas ele me ligou uma vez, pedindo: “Helena, por favor, a Funsai precisa fazer todo o relatório.” São 12 patrimônios históricos que ele deixou para as obras assistenciais e isso tem um valor enorme para o Ipiranga.

Agora, também, como vocês disseram, está sendo deixada – porque há obras mais importantes – uma casa amarela que fica na Avenida Nazaré, que vai ser o Liceu de Artes Musicais Furio Franceschini. Por que é que está sendo deixada? Porque há obras como, por exemplo, aquele externato, aquele colégio, que era da Escola São Marcos, o Grupo Escolar São José. É isso. Cidinha está aqui. Vai me ajudando, Cidinha. Nossa, aquilo ali foi deixado e está às moscas há muito tempo. Agora, foi alugado pela Escola Mais. Então, eles estão dando prioridade para o restauro. A Funsai vai restaurar e vai reformar, para a Escola Mais poder atuar – e o aluguel é revertido para as crianças.

Há crianças, jovens e idosos, enfim. A Fundação tem: a creche; o Centro de Apoio à Juventude; o berçário; o Quixote, que é para artes, teatro e dança; e a Rádio Conectados, para o ensino de todas essas técnicas de rádio. Tem, também, as empreendedoras em costura. Tudo isso ocorre em casas, casas separadas que atendem gratuitamente todas as pessoas que queiram se inscrever, aprender, atuar e saírem profissionais, para receber o seu próprio benefício. Então, é uma forma de ajudar. É uma forma de educar. É uma forma de dar uma posição para que as pessoas possam ter uma vida digna.

Enfim, agora, preocupados com a educação musical, nós queremos arrumar esse Liceu de Artes Musicais. Por que nessa casa amarela? Porque essa foi a primeira residência feita na Avenida Nazaré. Foi comprado esse terreno pelo meu avô Furio, que foi casado com a primeira filha do Conde José Vicente de Azevedo. Porém, quando ele faleceu...

Ele morou aí durante 60 anos. Ele foi maestro da Catedral Metropolitana de São Paulo durante 60 anos. Foi maestro de coro, de orquestra. Enfim, ele escreveu muitos livros. A Unesp ficou com o órgão que ele tinha na casa dele. Imagine alguém que tem um órgão dentro da sua sala, um piano de cauda aqui, outro piano ali. Aqui, ficava a família cantando, sabem?

Eu cresci nessa casa. Então, o meu amor por essa casa é tão grande que eu nunca tinha pertencido a nada da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, porque eu me preocupei mais com as obras da Clínica Infantil do Ipiranga, que parou de atender crianças depois de 2011, pois modificaram a lei. Atendíamos crianças gratuitamente ali, mas aquilo virou um grande hospital e resolvemos, então, fazer o programa Saúde e Alegria, ali atrás, sabem? Na Rua Xavier de Almeida, ali embaixo... Isso está pronto. Fiz uma linda obra com o Rotary e ficou fantástica. Obrigada, Rotary. Há várias pessoas, aqui, do Rotary.

Entretanto, agora, eu resolvi parar um pouquinho no hospital e atender um pouquinho à Fundação, por ser parte da família e, mais, por ter vivido, ali, praticamente, nessa casa, que está completamente detonada, caindo. Quem passa, lá, na Avenida Nazaré... Há um portãozinho que dá para o Museu do Ipiranga, bem em frente, quase, à Nazaré. Então, vamos ver a futura obra, ali, na casa amarela. Atravessando a rua, vamos passear ali, naquele espaço do Museu. Ou seja, além de um empreendimento que vai fazer bem para a comunidade, vai ser uma linda exposição, para a Avenida Nazaré ficar com essa beleza, além dos 12 patrimônios históricos que estão ali, na frente. É quase do lado da Sagrada Família, que foi o Conde, também, que fez.

Ou seja, aqui, é isso. Eu quero convidá-los para visitar um pouco o Museu Vicente de Azevedo, porque no museu contam-se todas as histórias do Conde, e pedir auxílio, mesmo, para a comunidade, para os empresários do Ipiranga, que podem... Nós temos um projeto que foi aprovado pela Lei Rouanet. Está aqui, neste caderninho, que eu já deixei com várias pessoas. Estou sendo ajudada, sempre, pelo Vereador Aurélio Nomura e pelo Décio, que está aqui, mas eu queria os empresários fortes do Ipiranga. Acabei de pedir para o Laerte: “Leve-me lá, à Coats Corrente.” Preciso da ajuda dos ipiranguistas para movimentar isso. Por quê? Pela pandemia, nós não conseguimos arrecadar nada, ainda. Ou seja, as pessoas todas vão fazer Imposto de

Renda e todas têm um espaço, ali, para falar, assim: “Deduza aqui a doação que eu fiz, lá.” Entenderam? Então, é um dinheiro que não vai sair do bolso. É um dinheiro que vai ser empregado em uma obra que sabemos que vai ser bem utilizada.

É isso. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Muito obrigado. O próximo é o Sr. Milton Novais, do Cades, também.

O SR. MILTON NOVAIS – Boa noite a todos. Boa noite à bancada. Sou o Milton Novais, eleito recentemente pelo Cades, com o objetivo de ajudar o bairro, esse bairro que é nosso, pelo qual prezamos e fazemos tudo. Eu sou meio polêmico, inclusive, com certas coisas que acontecem no bairro, para que aconteçam.

Então, eu anotei alguns pontos que eu gostaria de discutir. Primeiramente, eu vou lembrar o que o Dr. Laerte citou. Tirou da minha boca o que eu ia falar. Eu só vou complementar aquilo que ele falou. Eu assino embaixo de tudo que ele falou. Desculpe-me a franqueza, mas eu discordo um pouco da Sra. Rita de Cássia. Falou, mas eu não entendi muito. Não foi muito objetiva.

A questão da Rua dos Patriotas é polêmica, inclusive na época do Vereador Domingos Dissei tive oportunidade de conversar com ele sobre isso. Era um projeto dele, isso não é de agora. É uma coisa polêmica. Alguns falam que vai impactar no hospital, a questão de ambulâncias, etc. Com relação à cota, já foi verificado, é possível sim. Precisa, na verdade, aquilo que fizemos quando daquela área anexa do parque, onde seriam construídos prédios com gabaritos de 60 a 80 metros por empresários gananciosos que só queriam faturar, ganhar espaço aéreo. Nós lutamos e fizemos a Prefeitura assinar embaixo dizendo que aquela área pertencia a nós.

Outro ponto, para concluir, aconteceu a mesma coisa, para conseguirmos que essa rua seja uma rua livre de transeuntes, participantes do parque, precisamos lutar, levar ao conhecimento dos Vereadores do bairro, que prezam pelo bairro, para fazer acontecer um projeto

de lei e técnico para dar andamento a essa questão. O Vereador Domingos Dissei começou e acredito que está nas mãos dos Vereadores essa questão de zelar pelo bairro.

Outra questão é o entorno do Museu. Para quem frequenta o Museu, não é só bicicleta no entorno que é interessante, são os corredores. Participo de um grupo de corrida chamado Amigos do Parque da Independência – faço questão de falar -, criado em 1990. Batalhamos nas fontes do Ipiranga, não sei se os senhores viram, mas nas comemorações do 7 de Setembro estávamos com placas, faixas defendendo essa bandeira, não só do Museu, como do parque. Já falamos com o Governador Doria com relação a isso e, graças a Deus, não é por nós, mas pelo menos uma sementinha nossa foi plantada. Lutamos por essa área anexa ao parque, a fonte do Ipiranga, que será restaurada junto ao Museu do Ipiranga.

A questão das faixas de bicicletas, sugiro que... não é tão simples mudar, é um projeto já assinado embaixo pelo Sr. Prefeito, que as pistas de corrida no entorno fossem cedidas aos corredores. Se os senhores passarem aos finais de semana na Av. Ricardo Jafet e na Av. Nazaré verão mais corredores do que ciclistas. Eu faço parte disso. Quem está no meio da situação, enxerga isso. O entorno do parque parece ser o terreiro da nossa casa.

Na Av. Nazaré, não sei se os senhores lembram, o calçamento era todo feito com tijolinhos com o mapa de São Paulo, muito bonito, assim como faz lembrar Copacabana, aqui em São Paulo temos os tijolinhos nas calçadas. Arrancaram tudo, cimentaram, fizeram faixas para deficientes cegos ao longo da avenida. Não necessariamente. Porque quem frequenta aquela religião é do entorno do Padre Chico, onde tem os cegos. Ali precisa realmente ter essa sinalização, é lei. Só que fizeram até o final da Av. Nazaré sem necessidade. O cego não vai até o final da Av. Nazaré. São intervenções que fazem sem relacionar com o público usuário, com o público do bairro. Vem uma pessoa de fora, chega, manda e desmanda. Desculpa a franqueza, não estou falando com raiva. Estou sendo sincero naquilo que estou enxergando. Uma coisa é falar bonito e não agir. Temos de ser objetivo e com ação.

Rio Tamanduateí. Não está limpo, está sujo. Uma das questões que irei conversar na reunião do CADs é sobre isso. O Rio Tamanduateí está assoreado, cheio de lixo ao longo de

todo ele. Vejo quando passo por lá. Faço questão de descer do carro e olhar como é que está a situação. Isso é zelar pelo bairro. Sem falar em outras questões que não compete falar agora que são as nossas árvores, nosso meio ambiente do Ipiranga, que está ruim, infelizmente. Mas aos poucos, se pudermos mudar, essa é a minha bandeira que vou carregar. Desculpa ser franco.

Questão do projeto. O projeto apresentado está muito bonito, inclusive, tenho um projeto acadêmico, a intervenção bairro do Ipiranga/Mooça ficou muito bonito, inclusive está a questão da Cervejaria Antarctica nele. Tenho esse projeto em mãos. É um projeto acadêmico. Aqui me fez lembrar, retornar àquele projeto acadêmico bonito, que a gente faz com árvores, avenidas, tudo enfeitado, muito bonito. Agora, sugiro que esse projeto Bairros Tamanduateí, que abrange Moca, Vila Prudente etc. e tal fosse pontual. Tem um projeto bonito? Tem. O que vamos atacar? Há um cronograma de trabalho, mas não vi esse cronograma de trabalho. Não vi detalhes. Sugiro que nesse cronograma seja pontual nessa questão do Rio Tamanduateí, nesse projeto de intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Próximo orador, Sr. Arnaldo das Neves, do Grupo de Moradores do Jardim da Saúde.

O SR. ARNALDO DAS NEVES - Boa noite a todos. Estou representando um grupo de moradores do Jardim da Saúde. Primeiro, quero elogiar todos os envolvidos na execução do Plano Diretor do qual participei bastante em várias discussões. Isso mostra o empenho de todos no compromisso social, em especial, o nobre Vereador Aurélio Nomura que marcou essa audiência pública.

Ouvi três falas aqui que foram semelhantes, com uma preocupação importante, que é a execução do projeto, de qualquer projeto. Estamos falando do bairro do Ipiranga. Nasci no Jardim da Saúde, pesquei traíra onde é o Plaza Sul. Imagina só, temos a sensação de pertencimento por essa região. Esse projeto é maravilhoso para nós. Agora a preocupação que vejo é essa questão de continuidade. O Samir sugeriu um processo. Outro processo que

podemos acrescentar é o que o Gerson levantou, os moradores do bairro se envolveram com a questão. Por quê? Em 2022, ano que vem, comemoramos os 200 anos de Independência do Brasil. Acho isso prioritário para o Brasil, apresentar algo que representa o nosso hino, a Independência do Brasil. É importantíssimo a sociedade se envolver, todas as autoridades envolvidas nessa questão, porque é uma questão que envolve inclusive Governo Federal, Brasil, não é só de São Paulo é do Brasil.

Eu também venho aqui parabenizar o Vereador Aurélio Nomura por uma outra questão, eu não assisti toda apresentação, eu não sei se foi falado aqui, o Vereador Aurélio Nomura tem um projeto apresentado que eu acho que é o PL 666, na Câmara Municipal, que cria o Parque Linear do Riacho do Ipiranga, que é, como é que chama, a Comissão de Frente do nosso, o hino do Ouviram do riacho do Ipiranga, comissão de frente. A importância desse projeto do Vereador ele liga o riacho do Ipiranga, através da Lagoa Aliperti, ele liga o Parque das Águas do Ipiranga ao Parque do Monumento, então a função ecológica que se chama corredor ecológico, que é uma figura que existe no Sistema Nacional de Unidade de Observação, é uma lei Federal que reconhece isso como uma figura, mas eu acho que para o nosso riacho do Ipiranga 2022 é mais, vamos dizer assim, ser parque é mais importante, um parque linear é mais importante do que o corredor ecológico, apesar dele fazer o papel.

Então, eu queria saber como que integra, essa é a pergunta, como é que isso se integra, esses dois projetos, porque não sei se foi mencionado aqui, então eu quero de novo parabenizá-lo pela sua preocupação com o nosso bairro e pela continuidade de atividade sempre voltadas para a vida da gente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Próximo, Sra. Beatriz Blanco, assessora do mandato da Bancada Feminista.

A SRA. BEATRIZ BLANCO – Olá, boa noite a todos e todas, boa noite Vereador, representantes do Executivo e todos que falaram, gostaria de agradecer muito a apresentação cada vez que a gente fala sobre o projeto a gente tem maior nitidez sobre o que a gente está tratando. Gostaria de me desculpar em nome da Vereadora e das Vereadoras que não

puderam estar presentes, mas o nosso mandato está aqui representado.

Eu tenho algumas questões bem objetivas, na verdade, não queria me delongar muito, porque já estamos um pouco cansados, gente, mas especialmente sobre essa questão do patrimônio e depois alguns outros temas que a gente não tem a próxima audiência é sobre habitação de interesse social, então vou aproveitar para falar hoje sobre outros temas também.

Uma questão que inclusive foi falada já, que é sobre o levantamento e a recuperação do patrimônio já existente, então, o que a gente tem conversado com alguns órgãos e tal é que o que está colocado no projeto está subdimensionado com relação ao patrimônio existente e também não há um prazo colocado dentro do projeto para recuperação para as intervenções.

Alguém falou também sobre a questão de prazos, então esse marco temporal para a gente entender quando serão feitas todas essas intervenções. E aí já lincado também com isso seria também uma pergunta qual é o nível articulação com o Conpresp, com o Condephaat, IPHAN, que inclusive a senhora comentou que ainda tem algumas articulações a serem feitas, então acho que é bastante importante. Inclusive eu gostaria até de lamentar a ausência de representação desses órgãos aqui, acho que seria interessante tê-los aqui hoje, mas enfim, sem problemas a gente pode fazer essa conversa em outros espaços também. Então, é isso, qual é o nível de articulação em relação ao projeto? Isso com relação ao patrimônio.

Aí eu queria só tocar no ponto ambiental, que inclusive já fui até bastante contemplada, mas sabemos que, infelizmente, o projeto tramita há bastante tempo e tudo mais e a licença ambiental acabou perdendo a sua validade nesse ano, no meio desse ano, a gente gostaria de saber se existe algum plano com relação a isso, se alguma atualização dessa licença do EIA/Rima e também fazendo coro a companheiro que falou sobre as margens plácidas do Ipiranga, é justamente nessa área, acho que isso tem um pouco a ver com audiência seguinte, mas eu acho que tem bastante a ver com a questão ambiental, que é justamente nessa região onde tem o coeficiente seis de aproveitamento de área construtiva. Então, a gente identifica isso como uma questão bastante grave por ser uma área muito alagada.

A gente entende que é uma área de interesse por parte do mercado imobiliário, por

ser Ipiranga, e ter esse histórico, mas para a gente entender melhor essa questão do coeficiente, as questões ambientais de uma área de várzea que parece ser um pouco preocupante e também queria complementar o que a companheira falou sobre a economia popular e solidária. Acho que ela comentou bastante sobre as questões específicas do Ipiranga dessa região, mas como a operação urbana tem uma área bastante maior, então desde o centro, com todos aqueles centros de distribuição de alimentos etc. a gente achou, sentimos falta de um projeto para essa economia popular, que é de abastecimento, que é superimportante, mas também de outras categorias, enfim, não só da questão cultural, como comércio popular mesmo, que tem bastante presente em toda a região da Operação. No mais é isso gostaria de agradecer bastante e estamos à disposição também para qualquer esclarecimento e conversa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra a Sra. Vanessa Muniz, do Conselho de Política Urbana e Associação Comercial de São Paulo.

A SRA. VANESSA MUNIZ – Olá boa, noite a todos, eu sou Vanessa, do Conselho de política Urbana da associação comercial de São Paulo ex-aluna da Larissa, inclusive, lá na FAU Mackenzie. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar todas as apresentações, bem como todo o trabalho técnico que existe por trás dela, como bem lembrado pelo José Armênio, a gente sabe que projeto urbano é algo muito longo e a qualidade que a gente chega e observa nessa apresentação só demonstra altíssima qualidade técnica que a Prefeitura e suas Secretarias têm para desenvolver e encabeçar projetos nesse sentido.

Eu gostaria de fazer apenas uma consideração muito rápida, já fui um pouco contemplada pela fala anterior, acho que quando a gente vê o projeto do Museu do Ipiranga e todo esse contexto de revitalização, requalificação, acho que a gente não tem como não lembrar do efeito Bilbao, e toda essa questão que um equipamento cultural de qualidade, bem aplicado, com projeto paisagístico, urbano, arquitetônico, articulado e bem implantado pode causar de transformação urbana, no sentido qualitativo, sobretudo, na reocupação e retomada da cidade nesse contexto de pós pandemia que estamos vivendo.

Então, a minha colocação é no sentido é indagar, do ponto de vista do poder público, enfim, de todos aqueles que estão a mesa, de como que vocês enxergam o comércio local em suas diversas estratificações. Eles podem contribuir para esse processo de revitalização urbana, de retomada de ocupação da cidade e de transformação e de trazer a vida urbana de volta para a cidade, que é uma coisa que a gente almeja tanto para nossa cidade São Paulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está, ok, agora eu vou passar a palavra a Rita de Cássia para responder as perguntas e também para a professora Rosaria, também para responder as perguntas. Vamos começar pela Rita.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – Agradeço a pergunta de todos vocês. Eu vi que vocês foram ouvintes atentos do que eu falei isso é sempre legal para quem vem aqui apresentar um projeto. Eu quero lembrar uma coisa, o que eu mostrei aqui é um projeto de planejamento urbano, esses projetos eles não neutralizam a gestão ordinária da cidade, quer dizer, a Prefeitura do município de São Paulo continuará a atuar sobre o Ipiranga como vem atuando. Então, por exemplo, essas questões que vocês colocam, que são, vamos dizer assim, da vida cotidiana do bairro, elas são geridas pela Prefeitura, essa questão do comércio popular, do impacto, às vezes, de um plano de circulação, onde está sinalizado (palavra ininteligível) ou não, todos esses elementos são, vamos dizer, da gestão usual da cidade.

Esse projeto ele não é um substituto da Prefeitura. O que é que acontece? Esse projeto é o quê? Ele maneja um orçamento e esse orçamento tem uma lista no projeto de lei de intervenções que podem ser implantadas com esse projeto; e quais intervenções serão essas; quer dizer, elas estão de alguma maneira delineadas na lei, mas elas vão ser discutidas por esse grupo gestor. Então há uma série de questões que me foram colocadas pela Beatriz e pela Vanessa que vão ter de ser trabalhadas no dia a dia da gestão das Subprefeituras do Ipiranga, da Subprefeitura da Mooca, ou seja, continuam a ser tarefas dessas instâncias de gestão pública.

Espero que eu tenha respondido isso para você, Vanessa, quer dizer, a cada intervenção programa, onde esse grupo gestor vai se reunir para apreciar onde esse dinheiro vai

ser gasto, eventualmente, pode ter alguns temas de interesse mais imediato como, por exemplo, a reserva de uma área para um comércio local; ou implantação de um estacionamento; mas, tudo isso vai ser discutido naquele momento.

Em relação à Beatriz, que fez uma pergunta extensa, vou começar pela questão do prazo. Como eu disse é um projeto de planejamento. O horizonte de realização dele é um horizonte dilatado, de 20 anos. Como ele funciona? Nós precisamos, primeiro, que uma lei autoriza esse projeto a ganhar vida; que se possam comercializar esses direitos de construção; para que, depois, de posse desses recursos, possa ser feita essa discussão de quais obras serão prioritárias. E essa discussão é bem ampla que vai acontecer com esse conselho gestor, com moradores do bairro articulados, então não é um projeto fechado.

Quando se compara com projetos europeus, por exemplo, projetos europeus são financiados com dinheiro público integralmente, por isso, eles têm condições de chegar numa reunião como essa e dar um cronograma: "Nós vamos começar por aqui, fazer isso, fazer aquilo". O nosso projeto depende da participação de empreendedores privados, então, o horizonte de realização é incerto.

Por exemplo, se esse projeto for um sucesso, se houver uma adesão de empreendedores imobiliários, talvez consigamos abreviar esse prazo de realização. Mas, se por uma série de fatores, ele demorar a acontecer, não vamos conseguir fazer isso nesse prazo mais imediato.

Então a articulação com o Conpresp e o Condephaat, conversamos muito ao longo do projeto, particularmente com o Conpresp, em relação a isso, mas mesmo com o IPHAN e o Condephaat com relação a esse eixo, os órgãos de preservação têm uma prevalência sobre qualquer disposição urbanística que a Prefeitura estabeleça. Toda resolução de órgão de preservação e tombamento ela prevalece sobre a Cidade.

Nesse momento, nós começamos um diálogo que, talvez, tenha sido interrompido pela pandemia ou por alguma outra razão, mas, principalmente, porque as equipes passaram a trabalhar remotamente em resolução ao tombamento do eixo da Dom Pedro, onde há uma

limitação de produção imobiliária, quer dizer, não que o projeto pretenda muito diferente, não, na verdade, é nada diferente dos prédios que já existem ao longo da avenida; que se possa construir novamente edifícios com 28 metros de altura, que é o padrão dos poucos exemplares que se tem ali.

O nosso diálogo é constante e é uma conversa comprida, demorada, enfim, mas que vem acontecendo desde o início do projeto.

Em relação ao prazo, aos valores assinalados para o Patrimônio Histórico, eles foram assinalados na lei 5% apenas para inversão em patrimônio histórico. Que acontece? Os recursos são pequenos. Entretanto, isso não impede, por exemplo, que seja gasto mais com essa rubrica, mas, no mínimo 5% daquele 1 bilhão de reais que eu mencionei deve ser gasto com ações em Patrimônio.

Se vocês olharem na lei, o Programa de Intervenções, está lá um inventário do Patrimônio Histórico dessa região. Então, está previsto que possa ser custeado com recursos dessa intervenção o inventário dos bens patrimoniais dessa região. Isso é uma ferramenta importante. Veja, não que os órgãos tenham desconhecimento desse projeto. Não. Eles já estão documentados, mas que se possa prospectar de mais exemplares que tenham representatividade para o bairro, para os moradores, e que possam ser trazidos. Esses 5% é o mínimo, tá?

Esse grupo de gestor que eu mencionei, e que deverá se ocupar da gestão desse projeto, ele pode ampliar esses valores, inclusive.

Em relação à licença ambiental. A licença ambiental vem sendo prorrogada pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente por conta da pandemia. De toda forma, eu acho que a Câmara vai ter que decidir se esse projeto vai ser discutido e aprovado, ou se nós vamos deixar isso para trás, porque há um entendimento também que não se pode prorrogar indefinidamente a validade desse licenciamento ambiental.

Nós tínhamos, vamos dizer, a desculpa que a pandemia - na verdade, não era uma desculpa, mas um fato, não é? - que foi o que impediu o funcionamento da Câmara nesse

trabalho, mas, realmente, você tem razão: os dias estão contados para que essa licença ambiental se expire definitivamente e todo o trabalho tenha sido perdido. Isso também pode ser uma decisão, entende? Ou seja, que esse projeto não prossiga, que a gente não o implante, e que a Cidade siga por outros caminhos. É uma possibilidade que também temos de contemplar. Acho, então, que é uma oportunidade para a Câmara discutir se esse projeto é relevante. Se ele for, ele tem de ser votado, porque estamos mesmo na iminência de perder um trabalho que começou em 2011 ao custo de 8 milhões de reais, que é o valor que esse projeto custou no contrato da Prefeitura.

Sobre o CA-6 que está ali naquele setor, que chamávamos de Setor Independência, e agora é T-1, o que se tem? Temos lá um grande parque projetado, é o parque Foz do Ipiranga que gruda com esse parque linear que o Arnaldo mencionou. Então o que está previsto ali no encontro do córrego do Ipiranga com o rio Tamanduateí? Um parque inundável, porque, justamente, se vocês conhecem o bairro, os pontos críticos são quando um afluente chega no outro. A calha do Tamanduateí não comporta mais, ela recebe um excedente de mais de cem metros cúbicos de água nos períodos de chuva. E esses cem mil metros cúbicos não cabem dentro do rio, eles ficam para fora.

Portanto, tem uma série de parques que foram pensados, mas parques que possam receber essa água. O que nós imaginamos, ou melhor, o que foi projetado, é que essas áreas de alagamento deixem de acontecer e que aquele grande espaço do parque Foz do Ipiranga - que foi projetado - ele comporte esse adensamento de CA - 6. Se vocês olharem é uma mancha pequena em relação a toda a área do projeto, mas ela é suportada, vamos dizer assim, pela proximidade com esse parque.

Quanto ao que disse o Sr. Milton Novais o que ocorre. Os melhoramentos vão ter oportunidade de serem discutidos. Esse túnel sobre a Rua dos Patriotas, por exemplo, veja, essa questão da conversão das pistas de corrida, ou mesmo do tipo de calçamento que foi projetado em relação ao original, ou plano de urbanização, perdão, o plano de arborização - este está previsto no nosso projeto, porque é algo de maior valor de recursos e tudo o mais -, mas os

demais itens podem e devem ser discutidos com as Subprefeituras e, eventualmente, com a participação da CET, que faz o seu plano cicloviário. Como eu disse, é a gestão cotidiana da Cidade que pode ser trazida.

Sobre o que disse o Sr. Nelson, o Faria Lima fez aprovar leis de melhoramento viário em 1972. São algumas dessas leis que nós estamos implantando até hoje. Então para que nós reservemos as áreas necessárias que são demandadas para a mobilidade e para a circulação, é preciso que a Câmara Municipal de São Paulo aprove os projetos de melhoramento viário.

Esse plano, que foi concebido em 2015, tinha outro mapa de melhoramentos viários. E esse mapa de melhoramentos viários já foi atualizado duas vezes, porque foram sendo construídos edifícios onde estavam sendo projetadas as novas ligações viárias. Então para que se reservem essas áreas, precisamos de lei de melhoramentos aprovada. Sem isso a cidade vai se transformando e nós vamos correndo atrás dessas transformações, daí a importância também da discussão o quanto antes desse projeto.

Enfim, como eu disse, esse é um projeto de planejamento, é um projeto aberto, a principal ferramenta dele é essa discussão continuada, com esse grupo gestor que vai a cada momento de arrecadação de recursos poder participar da discussão do Plano de Intervenções, o que vai ser feito com esse dinheiro a cada momento.

Eu acho que eu respondi tudo. Diga por favor.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – No projeto de lei fazemos a menção à possibilidade de extrair recursos do Fumsai, do Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura, que é um fundo da Sabesp, um fundo até com recursos bastante polpidos, que a gente pensa trazer para a implantação desse Parque Linear, pelo menos esse trecho do Córrego do Ipiranga, e pode muito bem fazer essa ligação – tem uma intervenção recente, na Lagoa Aliperti, da Siurb, que a gente conhece, é um projeto bem bacana. Então, a ideia de poder fazer essa integração eu acho que seria um benefício incrível não só para esse pessoal que mora aqui na Tereza Cristina, mas todo o eixo do Córrego Ipiranga. É um mesmo projeto em etapas diferentes sob

certos aspectos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Quero passar a palavra a Sra. Rosaria Ono.

A SRA. ROSARIA ONO – Obrigada, Vereador.

Queria comentar algumas questões. Acho que ficou bastante claro pela fala da Rita que isso é um plano, um planejamento, mas que também, em paralelo, várias coisas podem estar ocorrendo e estão correndo. Por exemplo, a despoluição do Riacho do Ipiranga é um projeto que a Sabesp está realizando. É um projeto que o Governador Doria, toda vez que fazemos reuniões, ele traz o Presidente da Sabesp para dar satisfações e saber como está porque ele também vê a importância do conjunto do Parque do Ipiranga e o Córrego chegar limpo ali.

Então, isso está sendo feito. O Presidente da Sabesp falou que já tem peixinho lá. Eu não vi, não fui ver, mas tem peixinhos passeando ali naquele trecho do Córrego. Então, porque eles estão retirando todo o esgoto que vem ao longo de todo o trecho do Córrego do Ipiranga, da base dele, da nascente. São coisas que não precisam esperar e não estão esperando esse plano todo que está sendo discutido agora. São coisas que a gente vê a necessidade e está sendo feita uma série de atividades estão planejadas e estão sendo realizadas.

A questão da Rua dos Patriotas também é outra que eu tive uma reunião semana passada com o Subprefeito e com CET, todos a mesma mesa aqui na Subprefeitura exatamente porque também existe o interesse. A própria CET tinha até discussão da Feirinha. Se a feirinha que está lá sai ou não sai. Ela falou não saí porque a própria CET está dizendo que é importante que a Patriotas tenha continuidade. O jardim para o resto do parque tem que ter uma continuidade porque aquilo é uma rua que atrapalha essa fluidez dos pedestres. Quanto maior for a quantidade de pessoas que não vai ser só fim de semana, aquilo é só interditado no final de semana, mas se a gente tiver um grande fluxo de público, a CET falou: “não dá para vocês

abrirem aquilo para os carros.” A gente vai ter que ter alguma outra solução. Uma solução é o túnel passando por debaixo e ter essa integração.

Então, são questões que estão sendo discutidas em outros âmbitos exatamente porque não dá para esperar 20 anos, 15, sei lá, o dinheiro chegar. Como a Rita falou, algumas questões têm uma certa urgência e estão sendo vistas pela própria Prefeitura, pela CET, por nós que estamos preocupados também com movimento que vai gerar a reabertura do museu.

Então, são várias questões importantes para visualização do futuro, como algo de longo prazo, mas sabemos que várias dessas ações precisam ser resolvidas ao longo do tempo e algumas são com questões que outros interesses vão surgindo e a necessidade desse planejamento é importante porque, por exemplo, estacionamento para a gente também parece uma coisa importante por enquanto, porque nós não temos o metrô na porta, mas pode ser que ao longo do tempo... Não sou a favor do carro, também acho que tínhamos de ter lá um metrô do lado. O trem está um pouquinho mais longe, o metrô também está por enquanto. Mas vamos fazer outro tipo de solução de integração? É uma questão que a gente também quer discutir com a Prefeitura; eventualmente, com a iniciativa privada, de um consórcio, uma associação ali que consiga fazer esse traslado e nos ajude a desafogar esse trânsito que a gente tem realmente muito receio daquilo travar todo bairro e a gente não quer isso porque a gente acha que isso vai contra tudo o que a gente está querendo fazer para o Ipiranga.

Então, é isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Queria finalmente passar a palavra à Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Muito boa noite a todos.

Vou ser bem breve. Quero agradecer a todos pela presença.

Como Vereadora nesta Cidade, juntamente com a Rita e todos os membros da Mesa, nosso Presidente da Comissão Aurélio, como também o nosso querido Paulo Frange e todos da Comissão, dizer o seguinte, nós estamos muito empenhados nessa proposta e no que depender desta Vereadora para cidade de São Paulo nós atuaremos junto com vocês.

Independentemente, hoje, de eu ter chegado um pouquinho mais tarde, eu estava em um evento na Câmara Municipal junto com o Governador e com o nosso Prefeito e eu fiz questão de vir até aqui para ouvir a população e dizer o quanto nós estamos felizes.

Quero também agradecer a todos que cederam o espaço, a Associação Comercial, que é muito importante. Antes de estar Vereadora, tive comércio e conheço o outro lado da nossa dificuldade. Não, obviamente, agora, pós-pandemia, mas a coisa deve estar realmente como temos visto.

Mas dizer o quanto é importante estarmos na nossa segunda audiência pública presencial desde a volta da presença do público e dizer o quanto nós estamos felizes em poder estar aqui hoje ouvindo, discutindo um projeto de um tamanho grandioso e que precisa, como vocês disseram mesmo, sair do papel seja de uma forma talvez positiva para alguns ou negativa para outros, mas acredito muito na nossa gestão, acredito muito no nosso Prefeito e acredito também em vocês que têm, claro, muitos e muitos anos atuando dentro desse projeto, dessa pesquisa.

Muito obrigada e uma boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Vamos encerrar a nossa audiência pública. Quero mais uma vez agradecer a presença do José Armênio, que representou o nosso Secretário Cesar Azevedo; cumprimentar e agradecer também o Rodrigo e a Rita, representando a SP Urbanismo; agradecer a professora Rosaria Ono, Diretora do Museu Paulista; a Shirley também que a está acompanhando; e agradecer também a presença da Vereadora Ely Teruel; a Beatriz, representando a Bancada Feminista; e, especialmente, agradecer ao Gerson Gomes, que hoje representa o nosso amigo Antônio Santo, que gentilmente cedeu esse espaço para que pudéssemos discutir esse projeto tão importante que nós temos.

Lembro que na próxima uma quinta-feira, às 19 horas, discutiremos este projeto com relação ao HIS, Habitação de Interesse Social, que pretende neste projeto produzir cerca de 20 mil HIS dentro da Operação Urbana Tamandateí.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos, a manifestação e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.
